

## CONCIDADE/PENHA MANDATO 2025-2028

### ATA REUNIÃO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – ANO 2025.

1 Ao segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se no Plenário  
2 Expedicionário Tenente Milton da Fonseca, na sede da Câmara de Vereadores de Penha, situada  
3 na Avenida Eugênio Krause, nº. 94, Centro, Penha, Santa Catarina, os membros do Conselho  
4 da Cidade para segunda Reunião Ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco. As dezenove  
5 horas o presidente Patrick Paulo dos Santos iniciou a reunião agradecendo aos que se fazem  
6 presentes, na ocasião informou que a reunião está sendo gravada e posteriormente será  
7 disponibilizada no canal do *YouTube* da Prefeitura Municipal de Penha, e que servirá de base  
8 para elaboração da presente ata. Em seguida solicitou ao Secretário que fizesse a chamada  
9 nominal dos conselheiros titulares. Diante a chamada nominal foi constatada as presenças dos  
10 conselheiros a seguir: Representantes do Poder Público/Prefeitura/Corpo de Bombeiros Militar  
11 de Santa Catarina, os senhores: Patrick Paulo dos Santos, Luiz Carlos Machado Matsuda Júnior,  
12 Leandro de Lima Borba, Ricardo Francisco das Neves, João Plácido Vieira Júnior, Moacir  
13 Breithaupt e Cleidson José Figueira. Representante da Associação Comercial e Industrial de  
14 Penha e Câmara de Diretores Lojistas – CDL, Sr. Ângelo Piazeira Júnior; Representante do  
15 Núcleo de Turismo, Sr. Hugo Loth; Representante de Entidades Ambientais/ Instituto de  
16 Ensino, Pesquisa e Extensão com Atuação na Área do Meio Ambiente, Sr. Gilberto Caetano  
17 Manzoni; Representante dos Profissionais Liberais do seguimento de Engenharia e Arquitetura  
18 com atuação no município, Sr. Gabriel Volpi; Representante da Ordem dos Advogados do  
19 Brasil OAB/SC, Dr. Gabriel Fernando Mendes; Representante de Moradores de Bairros, Sra.  
20 Edilene de Melo – representando a Associação AMAQ e Sra. Sandra Vanzuita representando a  
21 AMAPG. Também estavam presentes os suplentes: Sra. Ana Paula Rodrigues Gonçalves e o  
22 Sr. Roberto Kwon. Se fizeram presentes também demais moradores conforme assinaturas  
23 constantes na lista de presença em anexo. Em ato contínuo o Presidente constatou que a reunião  
24 atingiu o quórum previsto no regimento interno e declarou aberta a **TERCEIRA REUNIÃO**  
25 **ORDINÁRIA** do CONCIDADE/PENHA. Após a abertura solicitou ao secretário Leandro de  
26 Lima Borba para que procedesse com a leitura do edital de convocação da presente reunião. Na  
27 referida leitura destaca-se a seguinte ordem do dia: 1-Abertura da reunião e leitura do edital de  
28 convocação; 2-Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária, convocada através do edital nº.  
29 016, publicado em 30/07/2025, **realizada em 15/08/2025**; 3-Aprovação da Ata da 2ª Audiência  
30 Pública, convocada através do edital nº. 009/2025, publicado em 16/07/2025, realizada **no dia**  
31 **31/07/2025**, com apresentação do RIV/EIV pela empresa **CASA PRIME DREAMS SPE**  
32 **LTDA**; 4-Aprovação da Ata da 3ª Audiência Pública, convocada através do edital nº. 010/2025,  
33 publicado em 16/07/2025, realizada **no dia 12/08/2025**, com apresentação do RIV/EIV pela  
34 empresa **HR ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA**; 5-Aprovação da Ata da 4ª  
35 Audiência Pública, convocada através do edital nº. 011/2025, publicado em 16/07/2025,  
36 realizada **no dia 13/08/2025**, com apresentação do RIV/EIV pela empresa **GE10**

37 **EMPREENDIMENTO LTDA**; 6-Aprovação da Ata da 5ª Audiência Pública, convocada  
 38 através do edital nº. 012/2025, publicado em 16/07/2025, **realizada no dia 19/08/2025**, com  
 39 apresentação do RIV/EIV pela empresa **MAPESUL EMPREENDIMENTOS**  
 40 **IMOBILIÁRIOS LTDA**; 7-Aprovação da Ata da 6ª Audiência Pública, convocada através do  
 41 edital nº. 013/2025, publicado em 16/07/2025, **realizada no dia 21/08/2025**, com apresentação  
 42 do RIV/EIV pela empresa **PARKSIDE RESIDENCE SPE LTDA**; 8-Leitura da Resolução nº,  
 43 01/2025, de 19/08/2025 – do CONCIDADE-PENHA, publicada em 19 de agosto de 2025, que  
 44 dispõe sobre **“A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO**  
 45 **DO SOLO, CERTIDÃO DE VIABILIDADE E DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO EM**  
 46 **LOCAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**; 9-Apresentação de  
 47 proposta de Resolução do CONCIDAE-PENHA que **“DISPÕE SOBRE A**  
 48 **REGULAMENTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO, POR MEIO DE**  
 49 **JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E PLANFLETAGEM NA ÁREA DE**  
 50 **INFLUÊNCIA DIRETA DO EMPREENDIMENTO, DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**  
 51 **DESTINADAS À APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE ESTUDO DE IMPACTO DE**  
 52 **VIZINHANÇA – EIV”**; 10-Apresentação de proposta de Resolução do CONCIDADE-PENHA  
 53 que **“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO DE ÁREA**  
 54 **COMERCIAL NOS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES E DÁ**  
 55 **OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**; 11-Dar ciência ao Conselho do RIV/EIV da empresa VETTER  
 56 EMPREENDIMENTO 32 LTDA., publicado no edital nº. 017/2025 (edição nº. 4920 do  
 57 DOM/SC, publicado em 21/08/2025 e divulgado no site do Município na mesma data); 12-  
 58 Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa CASA PRIME DREAMS SPE  
 59 LTDA, referente ao empreendimento a ser edificado na Rua Waldemiro Bernardes – Bairro de  
 60 Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 11.021/2024 (edital nº. 009/2025, referente a 2ª  
 61 audiência pública de 2025, realizada em 31/07/2025); 13-Deliberação e votação do EIV/RIV  
 62 apresentado pela empresa HR ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, referente ao  
 63 empreendimento a ser edificado no KM 106,45 – BR 101 – Bairro São Cristóvão – Protocolo  
 64 1DOC nº. 7.684/2024 (edital nº. 010/2025, referente a 3ª audiência pública de 2025, realizada  
 65 em 12/08/2025); 14-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa GE10  
 66 EMPREENDIMENTO LTDA, referente ao empreendimento a ser edificado na Avenida  
 67 Itapocoroy (fundos p/ Rua Rosa Cordeiro) no bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo  
 68 1DOC nº. 9.541/2024 (edital nº. 011/2025, referente a 4ª audiência pública de 2025, realizada  
 69 em 13/08/2025); 15-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa PARKSIDE  
 70 RESIDENCE SPE LTDA, referente empreendimento a ser edificado na Rua Nestor Pinto, no  
 71 bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 2.509/2025 (edital nº. 013/2025,  
 72 referente a 6ª audiência pública de 2025, realizada em 21/08/2025); 16-Assuntos gerais. Em ato  
 73 continuo o Presidente Patrick, colocou em votação as atas referentes à primeira reunião  
 74 extraordinária, segunda audiência pública, terceira audiência pública, quarta audiência pública,  
 75 quinta audiência pública e a sexta audiência pública, que foram lidas no edital de convocação,  
 76 onde as mesmas foram previamente encaminhadas aos conselheiros por meio do grupo oficial  
 77 do CONCIDADE, para conhecimento e eventuais manifestações. Razão pela qual se dispensa  
 78 sua leitura integral neste momento. Indagou se algum conselheiro tinha alguma correção ou  
 79 sugestão sobre as atas. Não havendo manifestações as mesmas foram aprovadas por  
 80 unanimidade dos presentes. Dando seguimento à reunião, o Presidente Patrick Paulo dos



Santos, abrindo o item oitavo da pauta, solicitou ao Secretário a leitura da Resolução Nº. 01/2025, de 19 de agosto de 2025, do CONCIDADE, publicada na mesma data, que dispõe sobre a suspensão temporária da certidão de uso e ocupação do solo, certidão de viabilidade e do alvará de construção em locais que especifica e dá outras providências. Na ocasião o Secretário fez a leitura na íntegra da referida resolução. Na continuidade o Presidente abordou o nono e o décimo item da pauta, apresentando duas propostas de resoluções para serem apreciadas pelos conselheiros. A proposta de resolução apresentada no item nove, trata-se da obrigatoriedade da divulgação das audiências públicas relacionadas ao estudo de impacto de vizinhança, tanto em jornal de circulação regional, quanto por panfletagem nas áreas de influência direta do empreendimento. Fazendo uso da palavra o Conselheiro Gilberto sugeriu fazer uso de faixas para divulgar o EIV, acredita que teria um impacto satisfatório uma faixa na entrada da cidade. E, também destacou que jornal de circulação regional seria somente o Diarinho do Litoral. O Conselheiro Gabriel Mendes sugeriu também a possibilidade de acrescentar a divulgação em portais de notícias. O Conselheiro Ângelo contribuiu com o tema nos seguintes termos: *Presidente, só fazendo um adendo ao que o Giba falou, se eu não me engano, é necessário que se consulte o Código de Posturas do município de Penha, mas faixa é uma coisa que muitos municípios já proibiram há anos, porque é uma coisa de uma poluição visual absurda. Mas penso que possa se fazer uma consulta ao Código de Posturas. Quanto à questão de publicação em jornais regionais, não obrigatoriamente o Diarinho, nós temos o Jornal do Comércio também, que é de Piçarras, e, se eu não me engano, mais um outro jornal impresso que está circulando por aí. E, claro, os portais de notícias. Eu acho que, no caso dessa resolução, nós temos que contemplar as mídias eletrônicas. A Prefeitura já faz isso automaticamente. Mas, entretanto, eu penso que é necessário a gente estabelecer quais seriam, porque hoje nós temos um número de portais aí, seguramente temos mais de dez portais aí eletrônicos entre Penha e Piçarras. E também é uma dúvida que eu trago justamente do setor, do núcleo da construção civil especificamente, qual é a vigência dessa resolução?* Diante ao questionamento o Presidente informou que a resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, conforme estabelece o artigo 11 da mesma.

***A discussão sobre o mesmo tema ocorreu entre os 00:16:18 min ao 00:45:25 min da presente reunião, e devido ao excesso de informações, detalhes e opiniões técnicas, sugere-se que em caso de dúvidas a gravação seja assistida no link: [https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz\\_YJ2M](https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz_YJ2M).***

O Presidente Patrick definiu que fica suprimida a exigência da divulgação em jornal, mantendo-se a exigência da panfletagem dirigida à comunidade residente com influência direta do empreendimento ou atividade do objeto de estudo em mídia física e digital. Que ficará suprimida as partes que falam de jornal, nos artigos 3º e o 4º. A panfletagem deverá ser realizada com antecedência mínima no período que antecede a audiência pública, devendo haver um prazo mínimo para a panfletagem. Como sugestão apresentou um prazo de 07 (sete) dias. Finalizando o item da pauta o Presidente Patrick colocou em votação a proposta de suprimir a exigência da divulgação em jornal de circulação regional e manter a divulgação através de panfletagem nos termos da minuta da Resolução apresentada em plenário. A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. Na ocasião o Conselheiro Gabriel Volpi pediu para que fosse consignado em ata que mesmo sendo favorável a Resolução, requer que seja incluída

na referida Resolução a possibilidade da exigência da divulgação das audiências através de mídias divulgadas em rádios locais também. A Conselheira Sandra Vansuita também deixou consignado em ata que o referido assunto deverá ser deliberado nas próximas reuniões. O Presidente declarou aprovada a minuta da referida Resolução e determinou a publicação da mesma. Passando, então, ao ponto 10 da ordem do dia, temos a proposta que dispõe sobre a obrigatoriedade da construção de área comercial e empreendimentos residenciais multifamiliar, além de outras providências. Peço ao secretário que leia a minuta. Foi encaminhada também já ao grupo de WhatsApp. E, após a leitura, o Conselheiro Ricardo fará uma breve explanação sobre o assunto. O Secretário fez a leitura da minuta da referida resolução na íntegra. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Ricardo fez apresentação nos seguintes termos: *“Eu acho que até é simples de entender. Se alguém ficar com alguma dúvida, eu vou tentar resumir um pouquinho aqui para deixar mais simples o entendimento. Essa resolução, ela já era uma resolução existente, exatamente como está aqui. Só que ela venceu e agora a gente está trazendo ela novamente para validade, digamos assim. Tem sido feito muito bom uso dessa resolução. O que essa resolução preconiza? Ela trata da obrigatoriedade de um empreendimento residencial multifamiliar ou hoteleiro, de hospedagem, possuir ou oferecer, no mínimo, uma sala comercial no seu pavimento térreo. Para que tipo de empreendimento? Acima de 5 mil metros. Quase 5 mil metros não têm essa obrigatoriedade. E também não é para vias locais do município, para algumas vias, para as principais. Digamos assim, as arteriais ou o eixo Orla, que é a Avenida Eugênio Krause, eixo regional, a Avenida Antônio Joaquim Tavares, as principais. Então, se na Avenida Principal for construído um empreendimento residencial ou hoteleiro acima de 5 mil metros quadrados, há a obrigatoriedade de o empreendedor construir, no mínimo, uma sala de 50 metros quadrados no seu pavimento térreo, essa sala, a área ocupada por essa sala, não entra no índice de aproveitamento da edificação. Ou seja, não tira o espaço dele construir um apartamento a mais. Ou dessa sala, reduzir um apartamento. Estou explicando isso de uma maneira simples para que se entenda. No entanto, esse incentivo do índice de aproveitamento e da vaga também, que passa a ser facultativa, não é porque ele vai oferecer uma sala que ele tem que oferecer a vaga, é facultativa. Esse é um incentivo para que nos eixos principais tenha uma sala comercial no mínimo. No entanto, achou-se interessante usar esse incentivo do índice de aproveitamento para os outros empreendimentos também, o que a resolução fala. Então, aqueles empreendimentos abaixo de 5 mil metros que quiserem oferecer sala comercial em qualquer ponto da cidade, essa sala comercial no seu pavimento térreo, ele vai dispor ali no seu pavimento térreo, não vai computar o índice de aproveitamento. Ou seja, ele não vai perder a área dos seus apartamentos, que ele possa vender isso. É isso que a resolução está falando. Tão pouco as vagas também vão entrar ao índice de aproveitamento. Tem acontecido, a gente vê a lei funcionando, a resolução funcionando no planejamento. Anda, vira e mexe, entra algum empreendimento e o pessoal está projetando lá a sala comercial, porque é um incentivo. Não deixa de ser uma oferta também para o seu empreendimento, ajuda a cidade a crescer comercialmente também. Se alguém tiver alguma dúvida...*

***A discussão sobre o mesmo tema ocorreu entre os 00:54:07 min ao 01:13:15 min da presente reunião, e devido ao excesso de informações, detalhes e opiniões técnicas, sugere-se que em caso de dúvidas a gravação seja assistida no link: [https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz\\_YJ2M](https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz_YJ2M).***



O Conselheiro Roberto fez uso da palavra nos seguintes termos: Essa resolução é muito válida, mas nós, do Núcleo dos Construtores, queríamos um pouco mais de prazo para poder discutir um pouco algumas possibilidades. Por exemplo, essa de ter uma sala comercial embaixo de 50 metros é válida sim, mas às vezes tem terrenos que são muito estreitos e às vezes essa testada de 20%, o número exato, às vezes não atende para carros entrarem e saírem, a gente poder entrar, fluir e ter uma sala também. Nós queríamos ver a possibilidade de fazer algumas pequenas modificações para poder atender o que a cidade precisa, e nosso núcleo também ficar satisfeito com os novos empreendimentos. Então, se nós pudermos discutir isso mais alguns dias, porque para nós chegou só ontem, em um dia, é pouco tempo para isso. Então, só para poder alinhar essa parte com vocês. O Conselheiro Leandro fazendo uso da palavra, questionou até onde o Conselho tem a legitimidade de alterar uma lei complementar (no caso a Lei Complementar nº. 03/2007), através de uma Resolução. Considerando que o CONCIDADE tem caráter consultivo, deliberativo ou normativos internos, porém, não tem competência legislativa. O Presidente Patrick argumentou que a resolução em discussão foi aprovada em 2023 e quando perdeu seus efeitos no mês de fevereiro de 2025 o CONCIDADE ainda estava em fase de implantação sob a tutela da nova administração. Alertou que há várias discordâncias e pontos importantes a serem revistos e estudados na referida resolução. E, que, portanto, não se tem subsídio para votar no dia de hoje a referida matéria e propôs que se passasse a deliberação para uma próxima reunião. Informou que provavelmente vai ter uma próxima reunião extraordinária, onde tal assunto possa ser deliberado, inclusive a questão de ordem legal, questionada pelo Secretário. Deixando consignado a deliberação do item 10 da pauta de hoje para a próxima reunião do Conselho. Na continuidade, passando-se ao item 11 da pauta, deu ciência ao Conselho do RIV-EIV da empresa VETTER Empreendimentos 32 LTDA., publicado no edital nº. 17/2025, em 21 de agosto de 2025, cumprindo-se desta forma o que estabelece o artigo 257 da Lei Complementar nº. 02/2007, onde o referido EIV-RIV ficará publicado para consulta por 30 (trinta) dias para após ser realizada a audiência pública do referido empreendimento. Passou-se então aos itens 12 a 15 da ordem do dia, referente a deliberação e votação dos EIVs/RIVs das últimas audiências públicas realizadas no decorrer do bimestre. **Item 12-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa CASA PRIME DREAMS SPE LTDA, referente ao empreendimento a ser edificado na Rua Waldemiro Bernardes – Bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 11.021/2024 (edital nº. 009/2025, referente a 2ª audiência pública de 2025, realizada em 31/07/2025).** Na ocasião foi questionado pelo Conselheiro Gabriel Volpi se a empresa havia apresentado as correções apontadas na audiência pública sobre o EIV e de forma resumida o Presidente leu o referido documento, onde se comprovou as devidas correções. **Colocado em votação nominal o RIV foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Na ocasião o Presidente informou que os itens 13 e 14 foram retirados de pautas para readequação dos EIVs. Na sequência foi apreciado o Item 15-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa PARKSIDE RESIDENCE SPE LTDA, referente empreendimento a ser edificado na Rua Nestor Pinto, no bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 2.509/2025 (edital nº. 013/2025, referente a 6ª audiência pública de 2025, realizada em 21/08/2025), onde o Presidente informou que todas as complementações foram feitas e publicadas no site da Prefeitura. **Colocou em votação nominal foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Na continuidade da reunião o Presidente passou ao último item

da pauta, referente a Assuntos Gerais, onde deixou a palavra livre aos conselheiros que tenham questionamentos, sugestões, complementação. Fez uso da palavra o Conselheiro Gilberto nos seguintes termos: *“Que foram aprovados vários empreendimentos esse ano. Eu só tenho uma dúvida. A questão da outorga onerosa é quando sai o alvará de construção ou não? Não, porque eu comento isso porque eu acho que nós tínhamos que atualizar, assim, para essa gestão ficar aliviada, sabe? Porque a gente está num outro momento, então, eu solicitaria que, não sei se é o planejamento ou não, que as informações do valor da outorga onerosa e de quando ela vem, que viesse até o Conselho aqui, né?”* O conselheiro Leandro informou que ficou devendo essa informação, até não fiz por causa da grande demanda de serviços. Porém, esta se programando para trazer tais informações ao Conselho. Informou que a taxa da outorga onerosa é emitida juntamente com o alvará de construção e antes da emissão do habite-se. Informou que dos RIV-EIV apresentados esse ano, existem empreendimentos que serão passivos da taxa da outorga onerosa e todos passíveis da aplicabilidade da taxa do FUNDURB. Também registrou, que ainda há uma preocupação na forma de avaliação da taxa da outorga onerosa, considerando que a forma de avaliar pela comissão é entendida como subjetiva por alguns empreendedores, mas que tal assunto está sendo estudado entre as equipes da Secretaria do Planejamento Urbano e Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Receita do Município. Fazendo uso da palavra o Conselheiro Ricardo Neves se colocou à disposição para ajustar essas legislações. Por não haver mais manifestações o Presidente Patrick Paulo dos Santos agradece a presença de todos, e encerra a reunião. Sem mais nada a declarar, eu, Leandro de Lima Borba, 1º Secretário do CONCIDADE/PENHA, lavro a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente Patrick Paulo dos Santos, que será validada pelas assinaturas da lista de presença anexa.

Havendo divergências nas informações redigidas nesta ATA com aquilo que consta em vídeo e/ou áudio da respectiva reunião, deve-se considerar o exposto na gravação, disponível apenas no canal oficial da Prefeitura Municipal de Penha/SC, junto a plataforma do *YouTube*, através do link: [https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz\\_YJ2M](https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz_YJ2M).

**Leandro de Lima Borba**

**Patrick Paulo dos Santos**

Secretário

Presidente





**PREFEITURA DE PENHA**  
**CONCIDADE/PENHA – MANDATO 2025-2028**  
**SECRETARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE**

DECRETO Nº. 4.433/2025

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**EDITAL Nº. 018/2025 – SCMC**

Data: 02 de setembro 2025.  
Local: Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca – Câmara de Vereadores de Penha.  
Hora: 19h.

**Lista de Participantes:**

PODER PÚBLICO				
ÓRGÃO/ENTIDADE	TITULAR	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
PREFEITURA MUNICIPAL	<b>Luiz Américo Pereira</b> Dr. Patrick Paulo dos Santos (Representante do Prefeito)			
	Luiz Carlos Machado Matsuda Júnior		Dr. Dimian Elder Rosini	
	Leandro de Lima Borba		Ana Paula Rodrigues Gonçalves	
	Felipe Franco Biegging		Rafael Reis	






**CONCIDADE**  
Conselho  
Municipal da  
Cidade

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL



	André Serafim		Ricardo Francisco das Neves	
	Susan Corrêa		Mário Dionísio Moser	
	João Plácido Vieira Júnior		Laércio Joaquim Floriano Júnior	
	Adriano Cunha		Moacir Breithaupt	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SC	Stefânia Adaine Veit		Cleudson José Figueira	

SOCIEDADE CIVIL				
ÓRGÃO/ENTIDADE	TITULAR	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
Associação Comercial e Industrial de Penha e Câmara de Diretores Lojistas – CDL	Ângelo Piazzera Junior		Roberto Kwon	
Núcleo de Turismo	Hugo Loth		Daniel Ribeiro	
Entidades Ambientais e/ou Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão com atuação na área do Meio Ambiente com atuação no Município: UNIVALI	Gilberto Caetano Manzoni		Jefferson Luiz Dick	
Seguimento Imobiliário com atuação no Município	Fabiano da Silva		Márcio Piccoli	
Atividade Pesqueira, Agricultura e/ou Aquicultura com atuação no Município	Giovani da Rocha		Andrei Nascimento	



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**CONCIDADE**  
Conselho  
Municipal da  
Cidade





**Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)[Página inicial](#) > [Sumário Geral](#) > [Município de Penha](#) > [Prefeitura Municipal de Penha](#)

CONCIDADE/PENHA

MANDATO 2025-2028

ATA REUNIÃO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – ANO 2025.

Ao segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se no Plenário 1 Expedicionário Tenente Milton da Fonseca, na sede da Câmara de Vereadores de Penha, situada 2 na Avenida Eugênio Krause, nº. 94, Centro, Penha, Santa Catarina, os membros do Conselho 3 da Cidade para segunda Reunião Ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco. As dezenove 4 horas o presidente Patrick Paulo dos Santos iniciou a reunião agradecendo aos que se fazem 5 presentes, na ocasião informou que a reunião está sendo gravada e posteriormente será 6 disponibilizada no canal do YouTube da Prefeitura Municipal de Penha, e que servirá de base 7 para elaboração da presente ata. Em seguida solicitou ao Secretário que fizesse a chamada 8 nominal dos conselheiros titulares. Diante a chamada nominal foi constatada as presenças dos 9 conselheiros a seguir: Representantes do Poder Público/Prefeitura/Corpo de Bombeiros Militar 10 de Santa Catarina, os senhores: Patrick Paulo dos Santos, Luiz Carlos Machado Matsuda Júnior, 11 Leandro de Lima Borba, Ricardo Francisco das Neves, João Plácido Vieira Júnior, Moacir 12 Breithaupt e Cleidson José Figueira. Representante da Associação Comercial e Industrial de 13 Penha e Câmara de Diretores Lojistas – CDL, Sr. Ângelo Piazeira Júnior; Representante do 14 Núcleo de Turismo, Sr. Hugo Loth; Representante de Entidades Ambientais/ Instituto de 15 Ensino, Pesquisa e Extensão com Atuação na Área do Meio Ambiente, Sr. Gilberto Caetano 16 Manzoni; Representante dos Profissionais Liberais do seguimento de Engenharia e Arquitetura 17 com atuação no município, Sr. Gabriel Volpi; Representante da Ordem dos Advogados do 18 Brasil OAB/SC, Dr. Gabriel Fernando Mendes; Representante de Moradores de Bairros, Sra. 19 Edilene de Melo – representando a Associação AMAQ e Sra. Sandra Vanzuita representando a 20 AMAPG. Também estavam presentes os suplentes: Sra. Ana Paula Rodrigues Gonçalves e o 21 Sr. Roberto Kwon. Se fizeram presentes também demais moradores conforme assinaturas 22 constantes na lista de presença em anexo. Em ato continuo o Presidente constatou que a reunião 23 atingiu o quórum previsto no regimento interno e declarou aberta a TERCEIRA REUNIÃO 24 ORDINÁRIA do CONCIDADE/PENHA. Após a abertura solicitou ao secretário Leandro de 25 Lima Borba para que procedesse com a leitura do edital de convocação da presente reunião. Na 26 referida leitura destaca-se



**DOM/SC Prefeitura Municipal de Penha****Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)

a seguinte ordem do dia: 1-Abertura da reunião e leitura do edital de 27 convocação; 2-Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária, convocada através do edital nº. 28 016, publicado em 30/07/2025, realizada em 15/08/2025; 3-Aprovação da Ata da 2ª Audiência Pública, convocada através do edital nº.

009/2025, publicado em 16/07/2025, realizada no dia 30 31/07/2025, com apresentação do RIV/EIV pela empresa CASA PRIME DREAMS SPE 31 LTDA; 4-Aprovação da Ata da 3ª Audiência Pública, convocada através do edital nº. 010/2025, 32 publicado em 16/07/2025, realizada no dia 12/08/2025, com apresentação do RIV/EIV pela 33 empresa HR ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA; 5-Aprovação da Ata da 4ª 34 Audiência Pública, convocada através do edital nº. 011/2025, publicado em 16/07/2025, 35 realizada no dia 13/08/2025, com apresentação do RIV/EIV pela empresa GE10 36

EMPREENDIMENTO LTDA; 6-Aprovação da Ata da 5ª Audiência Pública, convocada 37 através do edital nº. 012/2025, publicado em 16/07/2025, realizada no dia 19/08/2025, com 38 apresentação do RIV/EIV pela empresa MAPESUL EMPREENDIMENTOS 39 IMOBILIÁRIOS LTDA; 7-Aprovação da Ata da 6ª Audiência Pública, convocada através do 40 edital nº. 013/2025, publicado em 16/07/2025, realizada no dia 21/08/2025, com apresentação 41 do RIV/EIV pela empresa PARKSIDE RESIDENCE SPE LTDA; 8-Leitura da Resolução nº, 42 01/2025, de 19/08/2025 – do CONCIDADE-PENHA, publicada em 19 de agosto de 2025, que 43 dispõe sobre “A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO 44 DO SOLO, CERTIDÃO DE VIABILIDADE E DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO EM 45 LOCAIS QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; 9-Apresentação de 46 proposta de Resolução do CONCIDAE-PENHA que “DISPÕE SOBRE A 47 REGULAMENTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO, POR MEIO DE 48 JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E PLANFLETAGEM NA ÁREA DE 49 INFLUÊNCIA DIRETA DO EMPREENDIMENTO, DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 50 DESTINADAS À APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE ESTUDO DE IMPACTO DE 51 VIZINHANÇA – EIV”; 10-Apresentação de proposta de Resolução do CONCIDADE-PENHA 52 que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO DE ÁREA 53 COMERCIAL NOS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES E DÁ 54 OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; 11-Dar ciência ao Conselho do RIV/EIV da empresa VETTER 55 EMPREENDIMENTO 32 LTDA., publicado no edital nº. 017/2025 (edição nº. 4920 do 56 DOM/SC, publicado em 21/08/2025 e divulgado no site do Município na mesma data); 12-57 Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa CASA PRIME DREAMS SPE 58 LTDA, referente ao empreendimento a ser edificado na Rua Waldemiro Bernardes – Bairro de 59 Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 11.021/2024 (edital nº. 009/2025, referente a 2ª 60 audiência pública de 2025, realizada em 31/07/2025); 13-Deliberação e votação do EIV/RIV 61 apresentado pela empresa HR ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, referente ao 62 empreendimento a ser edificado no KM 106,45 – BR 101 – Bairro São Cristóvão – Protocolo 63 1DOC nº. 7.684/2024 (edital nº. 010/2025, referente a 3ª audiência pública de 2025, realizada 64 em 12/08/2025); 14-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa GE10 65 EMPREENDIMENTO LTDA, referente ao empreendimento a ser edificado na Avenida 66 Itapocoroy (fundos p/ Rua Rosa Cordeiro) no

**DOM/SC Prefeitura Municipal de Penha****Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)

bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 67 1DOC nº. 9.541/2024 (edital nº. 011/2025, referente a 4ª audiência pública de 2025, realizada em 13/08/2025); 15-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa PARKSIDE 69 RESIDENCE SPE LTDA, referente empreendimento a ser edificado na Rua Nestor Pinto, no 70 bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 2.509/2025 (edital nº. 013/2025, 71 referente a 6ª audiência pública de 2025, realizada em 21/08/2025); 16-Assuntos gerais. Em ato 72 continuo o Presidente Patrick, colocou em votação as atas referentes à primeira reunião 73 extraordinária, segunda audiência pública, terceira audiência pública, quarta audiência pública, 74 quinta audiência pública e a sexta audiência pública, que foram lidas no edital de convocação, 75 onde as mesmas foram previamente encaminhadas aos conselheiros por meio do grupo oficial 76 do CONCIDADE, para conhecimento e eventuais manifestações. Razão pela qual se dispensa 77 sua leitura integral neste momento. Indagou se algum conselheiro tinha alguma correção ou 78 sugestão sobre as atas. Não havendo manifestações as mesmas foram aprovadas por 79 unanimidade dos presentes. Dando seguimento à reunião, o Presidente Patrick Paulo dos 80

Santos, abrindo o item oitavo da pauta, solicitou ao Secretário a leitura da Resolução Nº. 81 01/2025, de 19 de agosto de 2025, do CONCIDADE, publicada na mesma data, que dispõe 82 sobre a suspensão temporária da certidão de uso e ocupação do solo, certidão de viabilidade e 83 do alvará de construção em locais que especifica e dá outras providências. Na ocasião o 84 Secretário fez a leitura na íntegra da referida resolução. Na continuidade o Presidente abordou 85 o nono e o décimo item da pauta, apresentando duas propostas de resoluções para serem 86 apreciadas pelos conselheiros. A proposta de resolução apresentada no item nove, trata-se da 87 obrigatoriedade da divulgação das audiências públicas relacionadas ao estudo de impacto de 88 vizinhança, tanto em jornal de circulação regional, quanto por panfletagem nas áreas de 89 influência direta do empreendimento. Fazendo uso da palavra o Conselheiro Gilberto sugeriu 90 fazer uso de faixas para divulgar o EIV, acredita que teria um impacto satisfatório uma faixa na 91 entrada da cidade. E, também destacou que jornal de circulação regional seria somente o 92 Diarinho do Litoral. O Conselheiro Gabriel Mendes sugeriu também a possibilidade de 93 acrescentar a divulgação em portais de notícias. O Conselheiro Ângelo contribuiu com o tema 94 nos seguintes termos: Presidente, só fazendo um adendo ao que o Giba falou, se eu não me 95 engano, é necessário que se consulte o Código de Posturas do município de Penha, mas faixa 96 é uma coisa que muitos municípios já proibiram há anos, porque é uma coisa de uma poluição 97 visual absurda. Mas penso que possa se fazer uma consulta ao Código de Posturas. Quanto à 98 questão de publicação em jornais regionais, não obrigatoriamente o Diarinho, nós temos o 99 Jornal do Comércio também, que é de Piçarras, e, se eu não me engano, mais um outro jornal 100 impresso que está circulando por aí. E, claro, os portais de notícias. Eu acho que, no caso 101 dessa resolução, nós temos que contemplar as mídias eletrônicas. A Prefeitura já faz isso 102 automaticamente. Mas, entretanto, eu penso que é necessário a gente estabelecer quais seriam, 103 porque hoje nós temos um número de portais aí, seguramente temos mais de dez portais aí 104 eletrônicos entre Penha e Piçarras. E também é uma dúvida que eu



**DOM/SC Prefeitura Municipal de Penha****Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)

trago justamente do setor, 105 do núcleo da construção civil especificamente, qual é a vigência dessa resolução? Diante ao 106 questionamento o Presidente informou que a resolução entra em vigor a partir da data de sua 107 publicação, conforme estabelece o artigo 11 da mesma. 108

A discussão sobre o mesmo tema ocorreu entre os 00:16:18 min ao 00:45:25 min da presente 109 reunião, e devido ao excesso de informações, detalhes e opiniões técnicas, sugere-se que em 110 caso de dúvidas a gravação seja assistida no link: 111 [https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz\\_YJ2M](https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz_YJ2M). 112

O Presidente Patrick definiu que fica suprimida a exigência da divulgação em jornal, mantendo-113 se a exigência da panfletagem dirigida à comunidade residente com influência direta do 114 empreendimento ou atividade do objeto de estudo em mídia física e digital. Que ficará 115 suprimida as partes que falam de jornal, nos artigos 3º e o 4º. A panfletagem deverá ser realizada 116 com antecedência mínima no período que antecede a audiência pública, devendo haver um 117 prazo mínimo para a panfletagem. Como sugestão apresentou um prazo de 07 (sete) dias. 118 Finalizando o item da pauta o Presidente Patrick colocou em votação a proposta de suprimir a 119 exigência da divulgação em jornal de circulação regional e manter a divulgação através de 120 panfletagem nos termos da minuta da Resolução apresentada em plenário. A proposta foi 121 aprovada por unanimidade dos presentes. Na ocasião o Conselheiro Gabriel Volpi pediu para 122 que fosse consignado em ata que mesmo sendo favorável a Resolução, requer que seja incluída 123

na referida Resolução a possibilidade da exigência da divulgação das audiências através de 124 mídias divulgadas em rádios locais também. A Conselheira Sandra Vansuita também deixou 125 consignado em ata que o referido assunto deverá ser deliberado nas próximas reuniões. O 126 Presidente declarou aprovada a minuta da referida Resolução e determinou a publicação da 127 mesma. Passando, então, ao ponto 10 da ordem do dia, temos a proposta que dispõe sobre a 128 obrigatoriedade da construção de área comercial e empreendimentos residenciais multifamiliar, 129 além de outras providências. Peço ao secretário que leia a minuta. Foi encaminhada também já 130 ao grupo de WhatsApp. E, após a leitura, o Conselheiro Ricardo fará uma breve explanação 131 sobre o assunto. O Secretário fez a leitura da minuta da referida resolução na íntegra. Fazendo 132 uso da palavra, o Conselheiro Ricardo fez apresentação nos seguintes termos: “Eu acho que até 133 é simples de entender. Se alguém ficar com alguma dúvida, eu vou tentar resumir um pouquinho 134 aqui para deixar mais simples o entendimento. Essa resolução, ela já era uma resolução 135 existente, exatamente como está aqui. Só que ela venceu e agora a gente está trazendo ela 136 novamente para validade, digamos assim. Tem sido feito muito bom uso dessa resolução. O 137 que essa resolução preconiza? Ela trata da obrigatoriedade de um empreendimento residencial 138 multifamiliar ou hoteleiro, de hospedagem, possuir ou oferecer, no mínimo, uma sala comercial 139 no seu pavimento térreo. Para que tipo de empreendimento? Acima de 5 mil metros. Quase 5 140 mil metros não têm essa obrigatoriedade. E também não é para vias locais do

**DOM/SC Prefeitura Municipal de Penha****Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)

município, para 141 algumas vias, para as principais. Digamos assim, as arteriais ou o eixo Orla, que é a Avenida 142 Eugênio Krause, eixo regional, a Avenida Antônio Joaquim Tavares, as principais. Então, se 143 na Avenida Principal for construído um empreendimento residencial ou hoteleiro acima de 5 144 mil metros quadrados, há a obrigatoriedade de o empreendedor construir, no mínimo, uma 145 sala de 50 metros quadrados no seu pavimento térreo, essa sala, a área ocupada por essa sala, 146 não entra no índice de aproveitamento da edificação. Ou seja, não tira o espaço dele construir 147 um apartamento a mais. Ou dessa sala, reduzir um apartamento. Estou explicando isso de uma 148 maneira simples para que se entenda. No entanto, esse incentivo do índice de aproveitamento e 149 da vaga também, que passa a ser facultativa, não é porque ele vai oferecer uma sala que ele tem 150 que oferecer a vaga, é facultativa. Esse é um incentivo para que nos eixos principais tenha uma 151 sala comercial no mínimo. No entanto, achou-se interessante usar esse incentivo do índice de 152 aproveitamento para os outros empreendimentos também, o que a resolução fala. Então, aqueles 153 empreendimentos abaixo de 5 mil metros que quiserem oferecer sala comercial em qualquer 154 ponto da cidade, essa sala comercial no seu pavimento térreo, ele vai dispor ali no seu 155 pavimento térreo, não vai computar o índice de aproveitamento. Ou seja, ele não vai perder a 156 área dos seus apartamentos, que ele possa vender isso. É isso que a resolução está falando. Tão 157 pouco as vagas também vão entrar ao índice de aproveitamento. Tem acontecido, a gente vê a 158 lei funcionando, a resolução funcionando no planejamento. Anda, vira e mexe, entra algum 159 empreendimento e o pessoal está projetando lá a sala comercial, porque é um incentivo. Não 160 deixa de ser uma oferta também para o seu empreendimento, ajuda a cidade a crescer 161 comercialmente também. Se alguém tiver alguma dúvida... 162

A discussão sobre o mesmo tema ocorreu entre os 00:54:07 min ao 01:13:15 min da presente 163 reunião, e devido ao excesso de informações, detalhes e opiniões técnicas, sugere-se que em 164 caso de dúvidas a gravação seja assistida no link: 165 [https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz\\_YJ2M](https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz_YJ2M). 166

O Conselheiro Roberto fez uso da palavra nos seguintes termos: Essa resolução é muito válida, 167 mas nós, do Núcleo dos Construtores, queríamos um pouco mais de prazo para poder discutir 168 um pouco algumas possibilidades. Por exemplo, essa de ter uma sala comercial embaixo de 50 169 metros é válida sim, mas às vezes tem terrenos que são muito estreitos e às vezes essa testada 170 de 20%, o número exato, às vezes não atende para carros entrarem e saírem, a gente poder 171 entrar, fluir e ter uma sala também. Nós queríamos ver a possibilidade de fazer algumas 172 pequenas modificações para poder atender o que a cidade precisa, e nosso núcleo também ficar 173 satisfeito com os novos empreendimentos. Então, se nós pudermos discutir isso mais alguns 174 dias, porque para nós chegou só ontem, em um dia, é pouco tempo para isso. Então, só para 175 poder alinhar essa parte com vocês. O Conselheiro Leandro fazendo uso da palavra, questionou 176 até onde o Conselho tem a legitimidade de alterar uma lei complementar (no caso a Lei 177 Complementar nº. 03/2007), através de uma Resolução. Considerando que o CONCIDADE tem 178 caráter consultivo, deliberativo ou normativos



**DOM/SC Prefeitura Municipal de Penha****Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)

internos, porém, não tem competência 179 legislativa. O Presidente Patrick argumentou que a resolução em discussão foi aprovada em 180 2023 e quando perdeu seus efeitos no mês de fevereiro de 2025 o CONCIADADE ainda estava 181 em fase de implantação sob a tutela da nova administração. Alertou que há várias discordâncias 182 e pontos importantes a serem revistos e estudados na referida resolução. E, que, portanto, não 183 se tem subsídio para votar no dia de hoje a referida matéria e propôs que se passasse a 184 deliberação para uma próxima reunião. Informou que provavelmente vai ter uma próxima 185 reunião extraordinária, onde tal assunto possa ser deliberado, inclusive a questão de ordem 186 legal, questionada pelo Secretário. Deixando consignado a deliberação do item 10 da pauta de 187 hoje para a próxima reunião do Conselho. Na continuidade, passando-se ao item 11 da pauta, 188 deu ciência ao Conselho do RIV-EIV da empresa VETTER Empreendimentos 32 LTDA., 189 publicado no edital nº. 17/2025, em 21 de agosto de 2025, cumprindo-se desta forma o que 190 estabelece o artigo 257 da Lei Complementar nº. 02/2007, onde o referido EIV-RIV ficará 191 publicado para consulta por 30 (trinta) dias para após ser realizada a audiência pública do 192 referido empreendimento. Passou-se então aos itens 12 a 15 da ordem do dia, referente a 193 deliberação e votação dos EIVs/RIVs das últimas audiências públicas realizadas no decorrer do 194 bimestre. Item 12-Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado pela empresa CASA 195 PRIME DREAMS SPE LTDA, referente ao empreendimento a ser edificado na Rua 196 Waldemiro Bernardes – Bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC nº. 197 11.021/2024 (edital nº. 009/2025, referente a 2ª audiência pública de 2025, realizada em 198 31/07/2025). Na ocasião foi questionado pelo Conselheiro Gabriel Volpi se a empresa havia 199 apresentado as correções apontadas na audiência pública sobre o EIV e de forma resumida o 200 Presidente leu o referido documento, onde se comprovou as devidas correções. Colocado em 201 votação nominal o RIV foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na ocasião o 202 Presidente informou que os itens 13 e 14 foram retirados de pautas para readequação dos 203 EIVs. Na sequência foi apreciado o Item 15- Deliberação e votação do EIV/RIV apresentado 204 pela empresa PARKSIDE RESIDENCE SPE LTDA, referente empreendimento a ser 205 edificado na Rua Nestor Pinto, no bairro de Armação do Itapocoroy – Protocolo 1DOC 206 nº. 2.509/2025 (edital nº. 013/2025, referente a 6ª audiência pública de 2025, realizada em 207 21/08/2025), onde o Presidente informou que todas as complementações foram feitas e 208 publicadas no site da Prefeitura. Colocou em votação nominal foi aprovado por 209 unanimidade dos presentes. Na continuidade da reunião o Presidente passou ao último item 210

da pauta, referente a Assuntos Gerais, onde deixou a palavra livre aos conselheiros que tenham 211 questionamentos, sugestões, complementação. Fez uso da palavra o Conselheiro Gilberto nos 212 seguintes termos: “Que foram aprovados vários empreendimentos esse ano. Eu só tenho uma 213 dúvida. A questão da outorga onerosa é quando sai o alvará de construção ou não? Não, 214 porque eu comento isso porque eu acho que nós tínhamos que atualizar, assim, para essa 215 gestão ficar aliviada, sabe? Porque a gente está num outro momento, então, eu solicitaria que, 216 não sei se é o planejamento ou não, que as informações do valor da outorga onerosa e de 217 quando ela vem, que

**DOM/SC Prefeitura Municipal de Penha****Data de Cadastro:** 18/10/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7680643 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 20/10/2025 **Edição Nº:** [4972](#)

viesses até o Conselho aqui, né? ” O conselheiro Leandro informou que 218 ficou devendo essa informação, até não fez por causa da grande demanda de serviços. Porém, 219 esta se programando para trazer tais informações ao Conselho. Informou que a taxa da outorga 220 onerosa é emitida juntamente com o alvará de construção e antes da emissão do habite-se. 221 Informou que dos RIV-EIV apresentados esse ano, existem empreendimentos que serão 222 passivos da taxa da outorga onerosa e todos passíveis da aplicabilidade da taxa do FUNDURB. 223 Também registrou, que ainda há uma preocupação na forma de avaliação da taxa da outorga 224 onerosa, considerando que a forma de avaliar pela comissão é entendida como subjetiva por 225 alguns empreendedores, mas que tal assunto está sendo estudado entre as equipes da Secretaria 226 do Planejamento Urbano e Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Receita do Município. 227 Fazendo uso da palavra o Conselheiro Ricardo Neves se colocou à disposição para ajustar essas 228 legislações. Por não haver mais manifestações o Presidente Patrick Paulo dos Santos agradece 229 a presença de todos, e encerra a reunião. Sem mais nada a declarar, eu, Leandro de Lima Borba, 230 1º Secretário do CONCIDADE/PENHA, lavro a presente ata que será assinada por mim e pelo 231 Presidente Patrick Paulo dos Santos, que será validada pelas assinaturas da lista de presença 232 anexa. 233

Havendo divergências nas informações redigidas nesta ATA com aquilo que consta em vídeo 234 e/ou áudio da respectiva reunião, deve-se considerar o exposto na gravação, disponível apenas 235 no canal oficial da Prefeitura Municipal de Penha/SC, junto a plataforma do YouTube, através 236 do link:

[https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz\\_YJ2M](https://www.youtube.com/watch?v=lpmsKz_YJ2M). 237

238

239

Leandro de Lima Borba Patrick Paulo dos Santos 240

Secretário Presidente 241

3

4

5

6

1

2

Provedor da plataforma



## Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Suporte técnico Ciga

48 98406-1060 - dom@consorciociga.gov.br

Endereço

R. General Liberato Bittencourt, 1885 — Sala 102 CEP 88070-800 - Florianópolis/SC

Apoio



Diário Oficial

**Conheça o DOM/SC**

**Dúvidas Frequentes**

**LAI e LGPD**

---

© 2025 - Todos os direitos reservados

